



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM

Av. Carlos Gomes, 2120 – 90480-002 – Porto Alegre

Fone: (51)3289-7594 – Fax: (51) 3289-7599

e-mail:comam@smam.prefpoa.com.br

1ª Reunião Ordinária do Comam

Data: 28 de abril de 2011

Hora: das 14h00 às 15h30

Local: Sala de Reuniões da Sede da SMAM, Av. Carlos Gomes, 2120 – Porto Alegre/RS

Porto Alegre/RS

04 de maio de 2011

Degravado por

ZAP Multimídia

PRESENTES: Luiz Fernando Záchia, da SMAM; Rodrigo de Marsilac Linn, da SPM; Hilton Antonio Reimann e Tiago Pereira Neto, ambos da FIERGS; Marcelo Pretto Mosmann e Livia Zimmermam, ambos da UPV; Márcio Souza Fernandes, do Grupo Maricá de Viamão; José Carlos Silveira Vieira, do CMS; Magda Credy Satt Ariolli, do CRBIO3; Rosane Souza da Silva, da PUCRS; Marcos Vinício Mucillo Padilha, do DEP; Jupiter Palagi de Souza, da OAB/RS; George Augusto Moraes de Moraes, do MJDH; Georgina Bond Backup, do IGRÉ; Maria da Graça Ortolan, do DMAE; Maria Do Carmo Gualdi Lebsa, do GP; Mariza Power Reis, do DMLU; Felipe Viana, do Instituto Econsciência; Mauricio Oliveira, da Grampal; Andréa Loguercio, da UFRGS; Maria Alice Lahrgue, da SBPC; Carlos Boa Nova, do OP; **Justificaram:** André Luiz Seixas, do OP; Roberto Silva da Silva, da SMS; Carlos Fernando Niedersberg, da FEPAM. **Ouvinte:** Ludwig Backup, do IGRÉ, Paulo Antônio Jardim, do FUMPROAMB/SMAM e Alessandra Pires Nogueira, da ERES/SMAM

Objetivos:

Aprovação das Atas de **25 de março 2010; 1º REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2011** .

Votação de Minuta : Votação da minuta que revoga as Resoluções do COMAM nº 3/04, nº 9/08, nº 10/08, e nº 12/08, bem como cria Câmaras de Assessoramento Permanentes.

Relato e deliberação das reuniões das Câmaras Técnicas: *Áreas Naturais; Fundo do Meio Ambiente ; Legislação; Resíduos Sólidos ; Vigilância em Saúde Ambiental; Comissão do FUMPROAMB.*

Encerramento.

• **Relato inicial:**

1 **Simone Della Bona, Sec. COMAM:** Senhores conselheiros, hoje nós temos um aparelho
2 novo que vai nos ajudar na nossa degravação. Então somente, por favor, falem ao
3 microfone e identifiquem-se. Conversas paralelas não vão ser captadas. Então somente o
4 que for falado ao microfone é que vai ser gravado. Na reunião da comissão executiva,
5 que se reuniu, foi apresentado o projeto de uma empresa para fazer uma degravação, que
6 foi proposta partida daqui, do conselheiro Marcelo, da professora Georgina do Maricá, foi
7 agregada e a gente andou com o processo. O processo passou hoje pela Junta e a partir
8 da reunião de 31 de março, a passada, ela já foi gravada – a que vocês receberam –
9 inclusive a da reunião de 25 de março de 2010. Então eu lembro que, por favor, falem ao
10 microfone e conversas paralelas não serão gravadas. Seguindo a pauta que eu acredito
11 que todo mundo deva ter recebido, a gente tem para aprovar a ata de 25 de março e a ata
12 de 31 de março de 2011, que seria a primeira reunião ordinária de 2011, que aconteceu em
13 31, a última reunião. Todos receberam? Temos alguma objeção? Podemos aprová-las?
14 OK? As duas atas aprovadas? Não, a de 25 de março que foi enviada junto com a pauta.
15 25 de março de 2010 e a primeira reunião ordinária de 2011, que foi enviada também junto
16 com a pauta e toda a matéria que será discutida na reunião de hoje. Certo, faremos uma
17 por uma. Então a de 25 de março de 2010. Aprovada? Aprovada. A primeira reunião
18 ordinária de 2011 que aconteceu em março? Aprovada? OK. Partiremos então para o
19 segundo momento, segundo ponto de pauta, que será a votação da minuta que eu enviei
20 em anexo. Pergunto se todos receberam para dar uma lida? OK. Tu apresentas Magda?

21 **Magda Satt Ariolli, do CRBIO3:** Antes de apresentar a proposta de resolução – que não é
22 nova – ela já é pretérita, um ano e meio discutindo essa proposta. Eu gostaria só de sugerir
23 ao seu secretário discutir um pouco a conceituação da proposição considerando a
24 mudança de titularidades, de representações, porque já naquela ocasião, nós chegamos –
25 o grupo que foi designado pelo presidente do COMAM então – nós chegamos a uma
26 solução de nomes, de conceitos em função de algumas divergências conceituais do
27 quórum do COMAM. Então eu julgo que agora, numa nova etapa nós possamos, porque
28 vai haver considerações a respeito. A proposta é revogar as resoluções do COMAM 304 e
29 a 10 de 2008 em substituição ao nome Câmaras Técnicas. Esta divergência em técnicas e
30 assessoramento permanente, em Câmaras Técnicas e Câmaras de Assessoramento
31 Permanente surgiram em decorrência de uma série de divagações e equívocos, se posso
32 assim dizer, então o grupo designado para propor essa resolução, se criou essa definição.

33 Há uma necessidade realmente, a meta, eu preciso explicar isso, justificar o objetivo do
34 grupo ao formatar uma resolução, uma minuta. É que nós não temos neste COMAM uma
35 definição de ritos, de nomeações de Câmaras Técnicas ou de Assessoramento. Por uma
36 falha histórica que veio indo, veio seguindo. O licenciamento é uma situação nova, o
37 Conselho também e demorou alguns anos para que se sedimentasse e as Câmaras que
38 foram criadas, foram criadas, digamos, extemporaneamente, sem uma legislação que lhe
39 dizia respeito. Se sentiu a necessidade de se consagrar Câmaras Permanentes, Câmaras
40 Ordinárias para discutir os assuntos que atingem a área ambiental e da cidade. Então a
41 proposta da época: revogar as resoluções anteriores que criaram respectivamente as
42 Câmaras Técnicas e de ERB'S, Estações de Rádio Base. A Câmara Técnica do Fundo
43 Pró-Ambiente; de Vigilância e Saúde Ambiental e de Resíduos Sólidos. Ficando então
44 extintas todas as demais Câmaras Técnicas do COMAM criadas por decisão do plenário,
45 mas não formalizadas em resolução específica. Por isso o motivo de se reestudar e propor.
46 Eu só aguardo então depois de ter explicado, se algum dos conselheiros quer se
47 manifestar. Com a sua licença. Ninguém quer se manifestar a respeito?

48 **Ludwig Buckup, do IGRÉ:** Meu nome é Ludwig Buckup, eu estou aqui como ouvinte. Eu
49 não recebi isso aqui, aliás, é uma questão de ordem talvez, pela circunstância de que fui
50 eleito presidente da Câmara Técnica de Áreas Naturais, então de repente eu acho que
51 deveria receber também as atas e os demais documentos desse plenário, não é? Porque
52 na medida agora, vou me tornar uma presença obrigatória nesse plenário aqui, como
53 presidente de uma Câmara, para acompanhar enfim, os debates e discussões em torno
54 das matérias que a gente aprova na Câmara. Então eu vi este documento, essa proposta
55 pelas mãos da professora e me permito algumas considerações. Inicialmente louvar o
56 esforço em aperfeiçoar a documentação e dotar realmente este órgão, estes diversos
57 órgãos de um perfil institucional bem definido, que é essencial para que possam funcionar
58 a contento. Eu participo de várias Câmaras Técnicas, com esta denominação inclusive do
59 CONCEMA no estado. Então trago alguma experiência no funcionamento disso aí. Eu
60 confesso que fiquei um pouco surpreso com essa proposta de mudança de denominação.
61 Porque não é só uma mudança de nome, confere a este órgão colegiado um perfil bem
62 diferente porque um grupo de assessoramento vira quase uma, digamos, ação de
63 confiança do poder executivo. A ideia não é esta. A Câmara tem como meta principal
64 buscar os argumentos técnicos e científicos, essencialmente, que possam ser úteis na
65 resolução dos problemas que aqui vem para o debate. Então a denominação técnica já
66 realça desde o início a importância do seu papel nesse particular. Então eu precisaria
67 realmente, acho que o plenário também saber quais são os argumentos que foram
68 arrolados para propor a mudança do nome para Câmara de Assessoramento, que é
69 realmente um perfil bem diferente. Então, senhor Secretário, presidente nosso aqui,
70 realmente eu sou favorável à manutenção do termo até por isonomia em relação aos
71 demais órgãos semelhantes em outras esferas da administração federal e estadual. Porque
72 define claramente a nossa função. Obrigado.

73 **Maria da Graça Ortolan, do DMAE:** Como eu participei também na construção, na
74 elaboração deste texto e essa questão de assessoramento ou técnico, foi uma discussão
75 que nós levamos uma tarde inteira aqui, até chegar a um consenso que enfim, o grupo
76 como um todo votou, e achou que o ideal seria a palavra assessoramento. Por quê? Na
77 época algumas entidades acharam que para poder participar da Câmara teria que ser
78 técnico e se sentiram excluídos. Então a discussão basicamente girou em torno dessa
79 questão e para, digamos assim, achar uma proposta de consenso se colocou a
80 denominação de assessoramento, enfim, foi a proposta de consenso que nós tivemos na
81 época e que nós conseguimos uma votação e que nós pudéssemos dar andamento nesse
82 texto.

83 **Georgina Buckup, do IGRÉ:** Na verdade nós não somos, a maioria aqui não é técnica,
84 esse COMAM é formado por conselheiros que não são técnicos, alguns são outros não.
85 Mas nós temos que incorporar o nosso conhecimento, o nosso saber, nossa experiência
86 nas Câmaras, não necessariamente precisa ser técnico, não existe isso. Ninguém nunca

87 denominou. O tema é técnico, mas não as pessoas, não precisa ser técnico. É claro que
88 ninguém vai emitir um laudo e assinar embaixo se não tiver capacidade para tal. Mas para
89 isso se buscam pessoas experientes, pessoas que tenham experiência devida e a sua
90 contribuição, que possa assinar um laudo técnico. Mas não é o caso. Eu acho que foi muito
91 bem colocado pela Magda a questão.

92 **Magda Satt Ariolli, do CRBIO3:** Pois é, então nós ficamos com uma circunstância, senhor
93 Secretário, nós ficamos numa circunstância de duas possibilidades a meu ver: se
94 apresenta a resolução como um todo, lendo-se já daqui por diante, onde está escrito
95 Câmara de Assessoramento, por Câmaras Técnicas. Não sei. O plenário deve se
96 manifestar se estiver a par do assunto.

97 **Simone Della Bona, Sec. COMAM:** Votamos então se permanece? É isso? Qual tua
98 proposta?

99 **Luiz Fernando Záchia, da SMAM:** Todos estão em condições de votar? OK? Seu nome e
100 órgão.

101 **Carlos Boa Nova, do OP:** Carlos Boa Nova é meu nome, represento uma das cadeiras do
102 Orçamento Participativo aqui neste Conselho. Estou comparecendo a primeira reunião –
103 por motivos de saúde não estive na anterior – e gostaria de ter um esclarecimento com
104 referência a esta proposta, que eu ainda não tenho conhecimento do seu todo. A proposta
105 somente altera o nome ou altera alguma função das Câmaras hoje existentes? Cria alguma
106 nova? Extingue? Enfim, eu gostaria de saber se operacionalmente, de fato, elas são
107 alteradas ou não? Se for só uma questão de nome.

108 **Magda Satt Ariolli, do CRBIO3:** A resolução ela altera, sim, a constituição, ampliando a
109 atuação, a responsabilidade da Câmara, a atribuição melhor dizendo. Ela estabelece
110 também ritos no que tange a tempo de permanência de cada conselheiro ou cada grupo
111 que requisite o processo com vistas. Com vistas à leitura, com vistas à análise, com vistas
112 a alguma contribuição. O que ocorria em tempos passados? O que vem ocorrendo até
113 hoje. Que nós não temos esse disciplinamento. Se determinado conselheiro, como o
114 senhor, entendesse necessário puxar um processo de loteamento, por exemplo, e o senhor
115 leva para a sua região do OP e vai discutir com seus pares por um tempo sem limite, um
116 tempo sem data de retorno. Então o que aconteceu? Essa “prática”, digamos, entre aspas,
117 ela veio se consagrando ao longo do tempo no exercício do COMAM, de 98 em diante, 99
118 a primeira reunião, em função de que tudo era novo e as legislações, resoluções, instruindo
119 essa leitura, essa análise, essa discussão, não definiriam o tempo. O que se propôs a
120 discussão da Graça na época: que à semelhança dos ritos que se tem hoje no plano diretor
121 urbano ambiental da cidade em que diversas Câmaras: de loteamento, de ERB’S, plano
122 Minha Casa Minha Vida, enfim, parcelamentos. Tenham um prazo para cada conselheiro,
123 cada entidade, seja ela qual for, pode levar 15 dias, 10 dias o processo. E nesses 10 dias,
124 nesse âmbito desses 10 dias tem que resolver: ou trazer contribuições, ou se opor, ou não
125 se opor, mas se manifestar nesse prazo – pode ser exíguo – mas é um prazo que o
126 restante da cidade também está obedecendo. Então nós estamos tentando trazer e com
127 isso formatar essa nova resolução, alterando essa nomeação de Câmaras,
128 Assessoramento por Câmara Técnica. A proposição agora é que permaneça Câmara
129 Técnica, redistribuindo a titularidade de Câmaras, unindo, fundindo com outras, que se
130 propõem mais adiante as Câmaras de Estações de Rádio Base com Infraestrutura, com
131 Redes. Porque o nosso exercício no licenciamento amplo da cidade vem mostrando, para
132 otimizar situações e definirmos prazo, definimos que um conselheiro possa pedir, mas tem
133 que ter respaldo dos demais para pedir o processo para tantos dias, trazer a sua
134 manifestação, fazer a sua leitura, sim, colocar em discussão. Mas nós estabelecemos
135 então preceitos para que esses processos tenham uma sequência, uma análise criteriosa,
136 correta e que todas as entidades então possam ser ouvidas e se manifestar. Por que o que
137 vem acontecendo nesse Conselho? Nós não conseguimos chegar a nada. E nós não
138 temos nenhuma diligência municipal. Nós nos reunimos, perdemos o tempo e nós não
139 conseguimos propor situações de resoluções para a cidade, para o meio ambiente, enfim,

140 como as outras CONCEMAS e COMAMS do interior se propõem a alguma coisa e a gente
141 não consegue.

142 (...)

143 **Ludwig Buckup, do IGRÉ:** Colega, não é só mudança de nome, não é só uma
144 permanência do nome anterior. A denominação já aponta com clareza para uma função
145 diferente e a função não muda. Quer dizer, é evidente que há pessoas que têm plenos
146 poderes e direito, legítimo direito de participar de uma Câmara Técnica, embora não sejam
147 especialistas. Hoje o mundo do meio ambiente é tão múltiplo.

148 **Ludwig Buckup, do IGRÉ:** ...Buscar pessoas que entendam, em diligências, em
149 pesquisas. Está inclusive isso bem associado ao nosso pleito, na nossa Câmara, de
150 podermos trabalhar bastante com os processos para buscar soluções externas. Visitas aos
151 locais que tem litígio, fazer pesquisas nos acervos e nas bibliotecas, da legislação. Isso aí é
152 complexo, tem que ser feito. Na nossa Câmara não tem nenhum advogado, mas os
153 processos todos têm profundas vinculações, este advogado tem profundas vinculações
154 com as questões legais da legislação ambiental. Então quando surge um tema destes,
155 vamos ao doutor. Então sabe, Andrea, fique tranquila que realmente não é um simples
156 inativismo nomenclatural. Trata-se realmente de preservar o papel. E repito mais uma vez:
157 meu profundo respeito pelo trabalho que fizeram, não é isto? Na verdade é assim, a
158 proposta que foi elaborada por este grupo e só quem pode mudá-la são os autores. Então
159 não sei quem é que fala pela comissão. Eu noto que há uma pequena divergência, que
160 convém sanar antes da gente votar, porque senão, deverá haver uma solução para isso.

161 **Lívia Zimmermam, da UPV:** Em relação à resolução que está sendo colocada. Eu só
162 pergunto assim: nós então, fica extinta a Câmara Técnica de Resíduos Sólidos e se cria
163 então a Câmara de Assessoramento Permanente de Controle de Emissões, seriam
164 emissões gasosas, Efluentes e Resíduos.

165 **Maria da Graça Ortolan, do DMAE:** Eu também sempre fui partidária da denominação de
166 Câmara Técnica, de acordo com o que o professor Buckup colocou. Mas como foi fruto de
167 uma ampla negociação aqui dentro do COMAM, enfim, foi o que foi votado naquela época
168 e foi a denominação que ficou. Mas enfim, se essa plenária entender que deve ser alterado
169 eu também concordo.

170 **Tiago Pereira Neto, da FIERGS:** Eu gostaria de fazer uma última manifestação aqui. Meu
171 nome é Tiago, represento a FIERGS aqui no Conselho na qualidade de conselheiro
172 suplente. Eu proponho uma contribuição em relação a essas discussões. Primeiro, nós
173 temos duas resoluções aqui para serem votadas. Ficou em uma? Eram duas antes.
174 Consolidou em uma. Fora essa questão então, como o professor Buckup colocou a
175 questão de não ser apenas uma questão de nomenclatura dessa Câmara Técnica, eu
176 começo a me perguntar aqui, qual que é a função dessas Câmaras de Assessoramento ou
177 Câmaras Técnicas? Porque isso talvez tenha que ser discutido. O que o COMAM quer que
178 as Câmaras, sejam elas de assessoramento ou técnicas discutam? Quais são as
179 atribuições dessas Câmaras? Porque a ideia que eu lembro, até recordo, peço ajuda dentro
180 do histórico, que também acompanhei nas reuniões como conselheiro é que as Câmaras
181 seriam de assessoramento, porque não seriam encaminhados ou deliberados a totalidade
182 dos processos que chegassem ao plenário para as Câmaras Técnicas ou de
183 Assessoramento. E sim, que se o plenário entendesse oportuno se ter um maior
184 detalhamento sobre o assunto, esses processos fossem encaminhados para essas
185 Câmaras. Então, talvez, eu acho que para a gente balizar aqui o entendimento, eu começo
186 a me perguntar e após essa colocação eu começo a ficar com dúvida. Então, quais são as
187 atribuições dessas Câmaras? São efetivamente técnicas? Como vai ser esse processo? O
188 que ela tem que responder? Em que momento o COMAM vai acionar essas Câmaras
189 Técnicas? Talvez a gente tenha que disponibilizar um tempo maior para refletir sobre isso e
190 discutir qual é o papel das Câmaras Técnicas ou de Assessoramento aqui no COMAM?
191 Para que elas vão servir? Vão ser técnicas? Vão ser de assessoramento? Qual é a
192 atribuição? Porque nós temos vários fóruns, vários outros conselhos, que existem suas
193 Câmaras Técnicas e lá elas têm atribuições definidas para serem chamadas de técnicas.

194 Então o que o COMAM quer aqui dentro dessas Câmaras? Então acho que também a
195 resolução, talvez tenha que trazer aí com clareza quais são essas atribuições. O que a
196 gente quer que essas Câmaras nos auxiliem aqui? Essa é uma contribuição minha.

197 **Magda Satt Ariolli, do CRBIO3:** Eu gostaria de me manifestar. Realmente tu tens razão e
198 nós entendemos, o ano retrasado e até na ocasião eu me manifestei que nós deveríamos
199 instituir um rito de quais os processos que o COMAM quer analisar, do que o COMAM quer
200 fazer. Porque até hoje nós não temos esse rito. Nós não temos definido quais os grupos de
201 processos que são licenciados na cidade mensalmente que o COMAM quer ouvir. Porque o
202 COMAM não é o órgão licenciador do município, o órgão licenciador é a prefeitura.
203 Licenciamento urbano ambiental arquitetônico e econômico é a prefeitura, que tem essas
204 pessoas técnicas, que fizeram concurso e estão habilitadas e com atribuição. Então havia e
205 há ainda, essa confusão e esses equívocos do que nós fazemos como COMAM. E na
206 ocasião eu me manifestei então, como bióloga dessa casa, por muitos anos trabalhando
207 em todos os âmbitos e sugeri que nós devêssemos estabelecer sim um rito de parecer, de
208 seguimento dos processos, de quais os processos que iríamos e esse rito seria inserido, a
209 proposta para discussões, seria inserido no rito que já existe. Quando o processo passa
210 por diversas Câmaras na prefeitura, nas suas comissões técnicas, ele termina no gabinete
211 do prefeito e o prefeito daí então, mandaria esse processo para cá, para ser analisado no
212 âmbito do COMAM. Por que o que vem acontecendo esses anos todos? Os processos de
213 licenciamento; que o COMAM só pede de licenciamento ambiental *sensu stricto*. Ele só
214 vem aqui para uma audiência pública, ou quando alguém contou que vai ter um Terra Ville
215 II, ou quando alguém contou que vai ter um condomínio Belém Novo. Então sempre
216 chegam equivocados e daí fica o resto das secretarias chamando e dizendo: não, o
217 processo está seguindo sua tramitação, está no gabinete do prefeito. Ou quando vem
218 Arena do Grêmio. Realmente é complicado pros senhores, eu posso dizer de cadeira
219 porque eu participei dos dois lados. Agora eu estou fora e continuo participando desses
220 assuntos. Então o que eu havia proposto há dois anos, a Graça está de prova, a
221 Alessandra estava aí, é que se estabelecesse um rito para saber o que realmente o
222 COMAM quer, aliado então às suas Câmaras Técnicas designadas, com nomeações
223 específicas. Eu não vejo problema de unificar assuntos, porque as Câmaras Técnicas não
224 precisam, não precisamos ter 20 ou 30, porque nós também não temos participantes para
225 todas. Porque daí é um participante para cinco comissões, todo mundo tem outras
226 atribuições. Então era essa a proposta, viu? Então realmente eu julgo que nós não
227 tenhamos hoje, senhor Secretário, condições de aprovar. Porque esse assunto já está
228 passado. Ele deve ser revitalizado.

229 **Jupiter Palagi de Souza, da OAB/RS:** Eu acho muito oportuno o que a colega colocou e
230 foi levantado aqui pelo representante da FIERGS e também a colocação que o professor
231 Backup fez anteriormente. Porque alguns órgãos que são responsáveis pelo licenciamento
232 ambiental de obras em Porto Alegre não estão representados nesse COMAM. Não me
233 consta, por exemplo, que a SMOV tenha representante aqui no COMAM. Então é muito
234 importante que se tenha representação desses órgãos, por que isso vai trazer o quê? Os
235 elogios vêm quando as coisas andam bem, quando as coisas andam mal, vem as críticas
236 aonde? Na SMAM, que é responsável pelo licenciamento, pelos problemas ambientais,
237 causados não pela SMAM, mas por outros órgãos que causam impacto ambiental muito
238 grande na cidade. Então, muitas vezes o ordenamento urbanístico fica prejudicado, porque
239 não se sabe o que se construiu; o que se deixou de construir, são projetos que não tiveram
240 liberação, não se teve licença, não se sabe quantos habitantes estão habitando em
241 determinada região, por quê? Porque não se tem um controle adequado. Então eu acho
242 muito oportuno o que foi levantado pela colega aqui.

243 **Georgina Bond Backup, do IGRÉ:** Eu não sei se todos os presentes estão sabendo que
244 já existem, instituídos inclusive, com todos os objetivos por uma resolução: a resolução 12,
245 a 13 e a 10, as três Câmaras, que são a de Vigilância em Saúde Ambiental, a das ERB'S e
246 Resíduos Sólidos, que têm suas atribuições. Então nós já temos um patamar, eu acho que
247 é uma base para nós. Exatamente, a de Resíduos Sólidos tem todos os seus objetivos e

248 funções, está muito interessante até. Eu proporia o seguinte: que nós pudéssemos num
249 *petit comité* reunir, três pessoas no máximo, que pudéssemos fazer um objetivo geral para
250 todas as Câmaras e depois as outras quando forem criadas, elas podem ser com objetivos
251 mais específicos. Para nós partirmos desse patamar e já colocar nessa resolução para
252 poder ser votado na próxima reunião. Ou seja, se todos concordarem com a proposta.

253 **Luiz Fernando Záchia, da SMAM:** Professora Georgina, só para entender: a sua proposta
254 é que na próxima reunião este grupo de três, quatro?

255 **Georgina Bond Buckup, do IGRÉ:** Já trouxesse uma resolução pronta com as
256 atribuições.

257 **Luiz Fernando Záchia, da SMAM:** Com as atribuições das comissões?

258 **Georgina Bond Buckup, do IGRÉ:** Das Câmaras Técnicas. Aproveitando os textos aqui e
259 o pensamento de pessoas mais experientes, como a Magda, está aqui também. O Tiago
260 que também tem a preocupação, que já é mais antigo aqui.

261 **Luiz Fernando Záchia, da SMAM:** É que nós estamos fazendo uma conversa paralela,
262 para tentar encontrar um entendimento. Eu insisto que nós temos que ter prazos, datas
263 definidas. Então na próxima reunião, hoje nós definiríamos quem é esse grupo e na
264 próxima reunião este grupo traria já função por função de todas as Câmaras, toda a
265 formatação. Se possível, o ideal é que nós tivéssemos conhecimento, nós, todos os
266 conselheiros, com uma antecedência para que nós pudéssemos chegar aqui – 26 de maio
267 é a próxima reunião – tentaríamos fazer um esforço para que se tivessem alguns dias de
268 antecedência para que nós chegássemos aqui minimamente sabendo as resoluções e as
269 decisões. OK? Há concordância disso?

270 **Magda Satt Ariolli, do CRBIO3:** Problema. Claro que vai dar bastante trabalho, tem que
271 verificar quem quer contribuir, quem quer participar, só que volto, nós temos que definir.
272 Nós vamos propor a resolução das Câmaras Técnicas e cada Câmara Técnica com suas
273 atribuições. Depois dessa, nós faríamos um esforço maior de estabelecer os ritos que
274 devem ser seguidos?

275 **Luiz Fernando Záchia, da SMAM:** Ritos e prazos, tudo.

276 **Magda Satt Ariolli, do CRBIO3:** Depois? Não. É que em um mês nós não conseguiríamos
277 fazer a dos ritos e das Câmaras. Faríamos agora esse assunto que já está mais mastigado.
278 Sim?

279 **Luiz Fernando Záchia, da SMAM:** Até 26 de maio?

280 **Magda Satt Ariolli, do CRBIO3:** É.

281 **Luiz Fernando Záchia, da SMAM:** E aí já poderíamos decidir?

282 **Magda Satt Ariolli, do CRBIO3:** Não. Mas tem dessas Câmaras aqui, teria que ser
283 ampliado para o rito maior da cidade. Isso leva um tempinho, não dá para num mês
284 fazermos tudo. Eu não tenho condições.

285 **Luiz Fernando Záchia, da SMAM:** Eu proponho o seguinte, Magda, dentro dessa linha:
286 até 26 de maio as atribuições das Câmaras, correto?

287 **Magda Satt Ariolli, do CRBIO3:** Então eu gostaria que o senhor perguntasse quem,
288 quantos querem participar.

289 **Luiz Fernando Záchia, da SMAM:** Vamos por etapas. Até a próxima reunião que será em
290 junho, não sei qual é o dia, mas no final de junho, que aí também nós teríamos já com
291 todos os ritos, prazos, tudo já definido, me parece que é suficiente um prazo de 30 dias, de
292 26 de maio até 30 de junho. Essa até 26 de maio, correto? De 26 de maio a 30 de junho,
293 que seria a próxima reunião, a segunda etapa que é a etapa dos ritos, que é decisivo.
294 Porque foi dito aqui – e com absoluta razão – o conselho começou a perder um pouco a
295 sua importância no processo, porque as coisas não tinham prazo. Está comigo, alguém
296 pediu vistas, fica dois, três anos e não é isso que nós queremos. Nós queremos que ele
297 efetivamente tenha uma função e que tenha por parte de toda a estrutura da sociedade um
298 reconhecimento da sua função. Então para que isso ocorra, nós temos que dar prazos
299 limite, regramento e ritos para isso. E a proposta que eu estou querendo construir e coloco
300 à apreciação dos senhores e das senhoras é que dia 26 de maio, vamos agora definir um
301 grupo, e dia 26 de maio esse grupo apresentaria as atribuições de cada Câmara. E depois

302 de 26 de maio a 30 de junho, que seria a reunião subsequente, seriam apresentados os
303 ritos. Há concordância dos senhores? Questão de ordem, doutor Tiago.

304 **Tiago Pereira Neto, da FIERGS:** Só uma questão de esclarecimento da minha
305 manifestação. Eu acho que é importante também se definir atribuições técnicas para cada
306 Câmara Técnica, mas a ideia é definir uma atribuição, as atribuições universais de todas as
307 Câmaras Técnicas perante o COMAM. Eu acho que esse talvez seja o principal produto do
308 nosso trabalho para a próxima reunião. Se não tivermos convergência com as atribuições
309 específicas das Câmaras.

310 **Luiz Fernando Záchia, da SMAM:** Eu acho que há o entendimento de todos. Eu só queria
311 botar em votação isso. Aprovado por unanimidade? No microfone, por favor.

312 **Andréa Loguercio, da UFRGS:** Eu queria só fazer uma proposta alternativa. De que a
313 gente chegasse antes a um consenso sobre essa resolução que está proposta hoje aí. Por
314 quê? Porque nós temos, por exemplo, hoje na nossa Câmara Técnica alguns processos já
315 distribuídos, em andamento e que o professor Backup colocou uns prazos, que são coisas
316 que inclusive estão paradas lá. Então a minha alternativa é que a gente aprovasse hoje
317 essa resolução que a Magda apresentou, tem uma coisinha para mudar lá no artigo 3º
318 Simone, que está aparecendo como artigo 5º...

319 **Luiz Fernando Záchia, da SMAM:** Mas não tem; pelo que eu entendo não há clima para
320 isso.

321 **Andréa Loguercio, da UFRGS:** Não. Só um momento, Secretário, criando as Câmaras
322 Técnicas. Cada Câmara Técnica na reunião passada de 31 de março; ficou mais ou menos
323 definido como elas vão funcionar. Então nós teríamos dois momentos a partir de hoje: a
324 própria Câmara Técnica faria – naquelas que ainda não existem – por exemplo: nós,
325 professor Backup, o Marcelo, eu, que somos de uma determinada Câmara, faríamos o
326 nosso dever interno de dizer quais são as atribuições que aquela Câmara faria. Uma
327 pequena comissão do COMAM, desta plenária, faria as atribuições comuns a todas as
328 Câmaras, íamos a plenária essa apreciação. Uma comissão da plenária diz quais são as
329 atribuições comuns para todas as Câmaras e cada Câmara, com seus representantes, as
330 Câmaras este ano estão bastante gordas, digamos assim, bem representativas, está em
331 início de mandato. Cada Câmara apresentaria o que ela está se propondo como resolução
332 de trabalho. Dessa forma nós não parariamos o processo sem a criação das Câmaras na
333 data de hoje.

334 **Maria da Graça Ortolan, do DMAE:** Só uma rápida consideração a respeito disso. A
335 minha proposta, independente da proposta da colega da UFRGS, eu acho que essa
336 proposta tem que ser aquela do segundo momento. Nós primeiro temos que analisar
337 exaustivamente o que o COMAM espera das Câmaras e aí num segundo momento, que eu
338 acho que aí significa que, tudo bem, as Câmaras podem começar esse trabalho e esse
339 esforço. Mas não quer dizer que nós vamos apreciar isso na próxima reunião. Isso seria na
340 verdade, na segunda reunião, que nós entraríamos nesse detalhamento. A minha proposta
341 é assim: em 30 dias nós avaliariamos essa que está aí, que é a proposta inicial e em 60
342 dias que seria a segunda reunião, nós entraríamos no detalhamento específico das outras
343 Câmaras.

344 **Simone Della Bona, Sec. COMAM:** Só uma questão: eu acho que é necessário, claro, nós
345 marcarmos uma reunião específica para isso, mas hoje, agora, decidir quem vai participar
346 do grupo para estudar isso. Para estudar as duas no caso. Vamos por parte. Marcelo, quer
347 falar antes da gente botar em votação?

348 **Luiz Fernando Záchia, da SMAM:** Nós temos então, deixa eu tentar compreender. Uma
349 proposta apresentada, eu já estou confuso, que eu apresentei: de que nós apresentaríamos
350 até 26 de maio as atribuições e até o dia 30 de junho o rito. A Andréa adendou ali outra
351 proposta, que a tua é que nós pudéssemos fazer com que cada Câmara tivesse ela
352 definidas suas atribuições.

353 **Andréa Loguercio, da UFRGS:** Cada Câmara talvez tenha mais condições de fazer
354 aquele trabalho prévio, da discussão mais detalhada e ela diz: olha, esta Câmara se
355 propõe a isto.

356 **Luiz Fernando Záchia, da SMAM:** Sim. Tudo bem. As Câmaras apresentariam a esta
357 comissão até quando?

358 **Andréa Loguercio, da UFRGS:** Podemos dar um prazo. Nós temos reuniões mensais nas
359 Câmaras? Amanhã a nossa. Nós podemos ter isso, dado um prazo de 30 dias para as
360 Câmaras se reunirem e fazerem essa apresentação.

361 **Luiz Fernando Záchia, da SMAM:** Sim. Aí as Câmaras apresentam até 30 dias para essa
362 comissão e essa comissão tem mais 30 dias?

363 **Andréa Loguercio, da UFRGS:** Vai dar na reunião de junho da mesma forma. Quem sabe
364 essa comissão formada pelos presidentes das Câmaras Técnicas e mais alguém da
365 executiva?

366 **Tiago Pereira Neto, da FIERGS:** Rapidamente. Eu penso da seguinte forma, pela versão
367 eu tenho aqui – na verdade até já me perdi nas versões aqui já – mas até onde eu sei
368 algumas Câmaras Técnicas vão se fundir, não vai ser essa mesma formatação existente
369 hoje. E essas atribuições das Câmaras Técnicas, no meu ponto de vista, não precisam ser
370 detalhadas ao extremo. Porque a gente vai começar a limitar a atuação da Câmara – a
371 gente pode correr esse risco – ao invés de ampliar. E quem vai tomar a decisão do
372 encaminhamento da Câmara Técnica é o plenário, dentro daquelas atribuições macro.
373 Então o que eu penso, o que eu de repente entendo aqui como uma proposta para agilizar
374 inclusive o processo, é a mesma comissão trabalhar com essas atribuições macro dentro
375 de cada Câmara Técnica que está sendo proposta a ser criada, fazer algumas atribuições
376 de esclarecimentos, alguns assuntos macro, de atribuições macro dentro daquela Câmara
377 Técnica e isso ser repassado então aos presidentes das atuais Câmaras Técnicas para
378 uma validação. E vem tudo até em um mês. A gente tenta fechar num consenso para que o
379 plenário então aprecie essas atribuições, que eu acredito que não devam ser extensas
380 também. Mas que a gente tenha um movimento também por e-mails. Eu acho que essa
381 tramitação a gente tem que usar essas ferramentas também, como forma de agilização
382 dentro do processo. Isso sirva também para manifestação dos presidentes das atuais
383 Câmaras Técnicas. Demos um prazo para retorno e uma semana antes da reunião, essas
384 informações estão com a Simone para repassar para apreciação dos conselheiros. Essa é
385 a minha proposta.

386 **Magda Satt Ariolli, do CRBIO3:** Permita-me discordar Andréa de ti, porque não há como
387 especificar diferentes atribuições de uma Câmara Técnica no âmbito de um COMAM, que
388 já tem uma preceituação básica de suas atribuições. Então eu concordo em parte com o
389 Tiago da FIERGS e proponho encaminhamento final. Proposta de encaminhamento final:
390 formarmos um grupo, cinco, seis pessoas, mais do que isso no máximo dez, nove porque
391 já é difícil. Quem queira se acolhido eu peço para estar presente. E nós termos essa
392 proposição e daí sim, acolhermos sugestões de outras Câmaras, outros assuntos. Já
393 temos até a nominata dos assuntos definidos. As atribuições vão ser amplas. Nós não
394 podemos querer mudar certos cursos do que já existe.

395 **Luiz Fernando Záchia, da SMAM:** Magda a tua proposta? Vamos tentar formatar: a tua
396 proposta é definirmos agora uma comissão, correto? Essa comissão fica aberta para que
397 ela possa receber dos presidentes das Câmaras, num determinado prazo, todas as
398 informações, enfim.

399 **Magda Satt Ariolli, do CRBIO3:** Eu proponho ao contrário. Eu proponho que nós
400 formatemos, o grupo formate. Porque não vai mudar muito do que nós já trabalhamos. Mas
401 formate a conceituação, as atribuições, os tempos, enfim. Dê uma reolhada nesse material,
402 se encaminha para os presidentes, para os coordenadores das Câmaras Técnicas, para
403 todos os conselheiros. Foi como nós fizemos da outra vez: depois que o boneco estava
404 pronto, a minuta, se repassou para todos os integrantes, os conselheiros. Todos eles com
405 um prazo. Mas daí também o prazo é exíguo, porque se nós temos que trazer isso no dia
406 26 e daí se acolheu e as dúvidas extremas se colocaram em duas cores, estão lembrados?
407 Colocamos em duas cores. Aí então realmente o plenário na sua totalidade vai votar.

408 **Luiz Fernando Záchia, da SMAM:** Perfeito. Mas vamos lá: quais os prazos para isso?

409 **Magda Satt Ariolli, do CRBIO3:** Se o senhor está pedindo um mês para tudo, nós temos
410 de ter 15 dias para propor – ou um pouco menos – para propor a minuta final, repassá-las,
411 em uma semana retorna.

412 **Luiz Fernando Záchia, da SMAM:** Daríamos então duas semanas para fazer a minuta,
413 uma semana para retorno e uma para que todos pudessem ter conhecimento e no dia 26
414 votássemos?

415 **Magda Satt Ariolli, do CRBIO3:** É.

416 **Luiz Fernando Záchia, da SMAM:** OK?

417 **Magda Satt Ariolli, do CRBIO3:** Claro que o tempo é exíguo, mas nós não temos outra
418 alternativa. Tem muito material que já está pronto.

419 **Luiz Fernando Záchia, da SMAM:** Vamos aprovar isso?

420 **Magda Satt Ariolli, do CRBIO3:** Não. Não se aprova nada Andréa. Morreu.

421 **Luiz Fernando Záchia, da SMAM:** Vamos tentar Magda. Vamos tentar aprovar, correto?
422 Nós vamos de imediato depois escolher os nossos representantes. Duas semanas, vão
423 para os presidentes das Câmaras, em uma semana retorna, seria a terceira semana, se faz
424 um escopo e disponibiliza a todos os conselheiros, correto? Há aprovação dos senhores e
425 das senhoras? Há concordância de todos? Aí a Andréa tem uma dúvida. Está esclarecida?
426 Mas se está esclarecida não vamos nem...

427 **Andréa Loguercio, da UFRGS:** É só que eu tinha entendido que a gente ia aprovar essa
428 de hoje, com os nomes pelo menos das Câmaras e a criação das Câmaras. E depois as
429 atribuições separadas. Mas OK fica tudo para 26 de maio.

430 **Luiz Fernando Záchia, da SMAM:** Perfeito. Então agora nós temos que definir quem são
431 os representantes. Magda já se apresentou. Georgina, Boa Nova. Estamos abertos. Tiago
432 da FIERGS, Alessandra pela SMAM, Marcelo Pretto. Quantos têm? Já tem seis. É um
433 número bom. Mas se tiver, tem mais espaço para trabalhar. OK? Há consenso na definição
434 desses nomes? Tá bem. Vamos repetir: professora Georgina, Marcelo, Boa Nova, Magda,
435 Alessandra e Tiago.

436 **Simone Della Bona, Sec. COMAM:** Exatamente.

437 **Luiz Fernando Záchia, da SMAM:** É isso?

438 **Simone Della Bona, Sec. COMAM:** Alessandra?

439 **Luiz Fernando Záchia, da SMAM:** Alessandra da SMAM, Boa Nova do OP.

440 **Simone Della Bona, Sec. COMAM:** Pauta vencida. Passamos para o item 3. Relato das
441 Câmaras Técnicas. Começamos com o relato da Câmara Técnica de Áreas Naturais,
442 professor Buckup.

443 **Ludwig Buckup, do IGRÉ:** Ludwig Buckup pela Câmara Técnica de Áreas Naturais que,
444 aliás, saiu essa denominação Áreas Naturais da proposta, Magda, convém depois já
445 restaurá-la. Tem que reincluir, não é só áreas de proteção permanente. Senhor Secretário,
446 nós nos reunimos no dia 13 deste mês, nossa primeira reunião. Depois das apresentações
447 dos seus integrantes, fico contente em verificar, que dos nove nomeados, sete estiveram
448 presentes e os que não puderam ir justificaram a sua dificuldade de comparecer. Havia
449 uma discussão que ficou remanescente aqui do plenário: afinal quantos seriam os
450 integrantes? Como não havia nada de pré-definido, ficamos com os nove, por enquanto,
451 depois se verá quando surgir essa nova resolução definitiva. Os colegas logo decidimos
452 que teria que haver uma condução dos trabalhos e tiveram a cortesia de me brindar com a
453 eleição para presidente dessa comissão. Ao assumir eu de imediato procurei saber com a
454 secretária quais são os processos que estavam pendentes. E ficamos surpresos que havia
455 um grupo grande. Eu somei 8 processos espessos que estavam pedindo um exame
456 definitivo para encaminhamento a este plenário. Procedemos da seguinte forma: eles foram
457 distribuídos a relatores dentro da comissão, que tem prazo até amanhã, dia 29, se possível,
458 nem tudo é fácil nesse sentido, para apresentar o seu parecer. Não é uma resolução. Este
459 parecer do relator vai ser apreciado na reunião plenária da Câmara Técnica e se houver
460 consenso, será encaminhado para o plenário aqui para definição. Houve um pouco de
461 dificuldade porque são processos muito complexos os que estavam lá parados e
462 demandam muitas pesquisas adicionais, investigações e há uma decisão tomada de que

463 os processos não poderiam sair daqui. Então os relatores ficaram na dependência da
464 disponibilidade de poder comparecer aqui nas horas de expediente. E nem sempre é
465 possível. Talvez haja uma solução para isso, Secretário, quem sabe os mais complexos
466 poderiam ser copiados, examinados através de cópia. Porque fomos informados pela
467 secretária Simone de que eles não poderiam sair daqui. Confesso que me surpreendi um
468 pouco, porque se eu peço vistas a um processo, eu tenho que recebê-lo, força de lei e levo
469 embora. Agora, para um parecer? Eu sei da preocupação de que possam se perder
470 processos, possam se perder páginas. Houve um processo que se perdeu junto com o
471 Secretário, junto com um membro de uma Câmara Técnica, porque o carro dele foi
472 roubado com todos os documentos e nunca mais apareceram. Isso causa um prejuízo
473 grande. Isso é complicado. Vamos fazer todo o possível para evitar esse impasse e na
474 medida do possível, por enquanto, até que se encontre uma solução, viremos aqui. A
475 Simone está sempre aqui, ela nos coloca o processo na mesa e a gente trabalha. Talvez
476 nem todos, Simone, amanhã possam ser apreciados. Mas quem já estiver com o seu
477 trabalho concluído, será melhor. Louvo o esforço Secretário, da Simone, que não se cansa
478 de nos alcançar as informações e os dados, é uma assessoria muito competente e capaz.
479 Muito obrigado.

480 **Luiz Fernando Záchia, da SMAM:** Nós estávamos antes da reunião – eu, Marcelo,
481 professor Buckup e a professora Georgina – conversando de algo que é absolutamente
482 pertinente na relação da disponibilidade por parte do Conselho, dos processos que aqui
483 estão. Nós temos o cuidado e por isso que demos a orientação à secretária Simone, para
484 que sejam disponibilizados dentro da SMAM, que possam vir aqui, estão em absoluta
485 disposição e não poderia ser diferente. E é argumentado e eu tenho que entender e
486 concordo, que determinados processos, pelas suas especificidades, pela abrangência,
487 necessitam um trabalho mais detalhado, que o conselheiro possa levar para casa, que ele
488 possa fazer análise. E nós, com a definição de ritos, essa é uma preocupação, haverá
489 prazos e certamente serão prazos mais enxutos do que esse que está sem definição. Vai
490 exigir por parte do conselho também uma agilidade, uma condição de agilidade aos
491 conselheiros. Só que eu tenho as minhas limitações como gestor, porque tem despesa. Na
492 medida em que um processo às vezes tem 500, 600, 700 páginas, 03 volumes, quer dizer,
493 que a SMAM pague. Eu não posso fazer isso. O que eu posso e aí quero dar uma
494 apreciação de todos os senhores e senhoras: se autoriza para que o Fundo pague essas
495 despesas, faço isso, está aqui o Paulo, tenho condições legais? Tenho ou não? Eu tenho
496 que ter essa certeza. Eu não estou aí para depois responder para o Tribunal de Contas. Eu
497 acho, no meu entendimento que sim.

498 **Paulo Antônio Jardim, do FUMPROAMB/SMAM:** Boa tarde. Se a gente conseguir
499 configurar isso com um aprimoramento, uma melhora na gestão ambiental do município,
500 sim, é possível.

501 **Luiz Fernando Záchia, da SMAM:** Eu acho que isso não há dúvida. Porque há um esforço
502 de que aqui saia uma contribuição. É a função do conselho, senão vamos fechar. A função
503 do conselho é essa. Doutor, por favor.

504 **Jupiter Palagi de Souza, da OAB/RS:** Uma sugestão que eu daria ao Secretário, aos
505 colegas aqui do COMAM é a digitalização, isso poderia ser escaneado de repente e até
506 ficar armazenado no sistema. A Justiça Federal hoje faz tudo online, você tem aquelas
507 impressoras SAMSUNG, mas aquilo é rápido, você põe ali dentro, em pouco tempo ela
508 escaneia tudo e deixa em PDF, essa seria uma alternativa, isso seria uma economia e
509 diminuiríamos o impacto ambiental (...) alternativa.

510 **Luiz Fernando Záchia, da SMAM:** Só retomando antes do Marcelo. É uma alternativa, é
511 uma proposta. O que nós temos que fazer é que haja avaliação financeira. Não faríamos
512 isso com todos os processos, só aqueles que necessitariam por parte dos conselheiros a
513 solicitação. Isso certamente de um dia para o outro se providenciaria. E aí o Paulo, nós
514 temos que ver primeiro a questão financeira, Simone. Ou se tira cópias autorizadas pelo
515 Fundo.

516 **Marcelo Pretto Mosmann, da UPV:** A respeito exatamente das cópias. A gente conversou
517 sobre isso na Câmara Técnica de Áreas Naturais, que ocorreu dia 14 de abril, da onde
518 surgiu esse assunto que vem agora e parabenizamos pela proposta do presidente. Porque
519 entendemos que é realmente a forma que deve ser resolvida com deliberação do
520 Conselho, promover a utilização adequada dos recursos do Fundo para a melhor eficiência,
521 qualidade da análise dos assuntos que são debatidos aqui no Conselho. Com certeza, em
522 nossa opinião, da União Pela Vida, a digitalização seria a melhor alternativa. Feita com
523 cuidado. Ocorre que é bastante trabalhoso diante da estrutura que existe hoje, porque é o
524 scanner de aba, então é muito trabalhoso. Um processo de 500 páginas demora um dia
525 inteiro para digitalizar. Se for o de gaveta, aquele que puxa as folhas é bem mais rápido.
526 Mas a gente já pesquisou na nossa entidade e custa entre cinco e oito reais, que é um
527 scanner bem mais avançado e ele é bem mais caro. Então assim: eu acredito que as
528 cópias vão ser solicitadas pelos conselheiros que acharem pertinente em casos em que
529 isso for necessário, mediante até justificativa. Acho que é importante. Não como regra,
530 exatamente. Então são casos excepcionais. Eu acho que jamais chegaria a oito mil reais
531 num ano. Talvez em cinco anos não chegasse aos oito mil reais. Então eu acho bastante
532 pertinente que seja da forma mais simples, que o Conselho autorize. Com certeza, se
533 forem 10 processos num mês; não vai dar mil reais, não vai dar quinhentos reais. O valor é
534 bem menor que esse. A proposta é só que se tenha alguma agilidade, porque nós temos
535 processos grandes na Câmara Técnica para analisar e seria importante que o quanto antes
536 já se resolvesse isso, para que a gente possa dar encaminhamento aos trabalhos lá.
537 Obrigado.

538 **Luiz Fernando Záchia, da SMAM:** Perfeito. Então autorização nós temos, peço que se
539 encaminhe no Fundo.

540 **Jupiter Palagi de Souza, da OAB/RS:** Com relação ao que o colega colocou, da
541 qualidade da impressora. Eu acho que uma impressora desse nível; vamos dizer assim, dá
542 uns quatro, cinco mil. Não só seria útil para esse caso, mas para outras finalidades dentro
543 da secretaria, para esses documentos ficarem digitalizados e guardados. E até como uma
544 alternativa segura para o futuro. Então isso se pagaria tranquilamente. Xerox que
545 normalmente se faz utilizando papel seria eliminado. Então é uma impressora de boa
546 qualidade, que não só serviria para esse caso específico, mas certamente para outras
547 finalidades que eu sei que a secretaria teria e diminuiria o impacto ambiental bastante
548 grande.

549 **Luiz Fernando Záchia, da SMAM:** Agradeço. E autorizo ao Fundo que faça o
550 levantamento Paulo, o quanto antes, apresente até o final do mês deveremos estar já
551 comprando. Ok Paulo? Simone.

552 **Simone Della Bona, Sec. COMAM:** É contigo Paulo, para dar o relato do Fundo.

553 **Paulo Antônio Jardim, do FUMPROAMB/SMAM:** Nós convocamos uma reunião para a
554 Câmara Técnica do Fundo, mas diferente da Câmara Técnica de Áreas Naturais, na nossa
555 não compareceram os membros que foram escolhidos na última reunião do COMAM. Na
556 verdade eu compareci, mas os outros não compareceram. Então não teve nenhuma
557 deliberação, não teve nenhuma decisão. Entretanto, nós fizemos a primeira reunião da
558 comissão de julgamento do edital que acolheu as propostas no mês de março desse ano.
559 Foram 10 propostas de entidades sem fins lucrativos com atuação na área ambiental e
560 essa sim compareceram os membros e nós já temos a primeira ata. Essa reunião foi no
561 sentido de habilitar ou desabilitar as propostas que chegaram. E das 10 propostas, 7 delas
562 apresentaram problema de não atendimento a algum item do edital. Então essas 7
563 propostas estão momentaneamente inabilitadas. Nós vamos publicar. Isso aí vai sair
564 amanhã no Diário Oficial do município e terá um prazo recursal de 05 dias úteis, ou seja, na
565 próxima semana, de segunda a sexta, para essas entidades responsáveis por essas
566 propostas entrarem com recurso pedindo revisão, uma nova avaliação do por que estaria
567 em desconformidade com o edital. Então, conseqüentemente três propostas foram
568 consideradas habilitadas, atenderam todos os itens dispostos no edital e já estamos
569 marcando uma nova reunião dessa comissão de julgamento para depois desse prazo

570 recursal e que aí sim será feita a avaliação dos recursos que eventualmente chegarem e o
571 início da avaliação técnica das propostas consideradas habilitadas. Então era esse o relato
572 do Fundo.

573 **Alessandra Pires Nogueira, da ERES/SMAM:** Câmara Técnica de Resíduos Sólidos. Nós
574 decidimos elencar alguns assuntos importantes e prioritários para que nós pudéssemos
575 fazer mais resoluções porque a gente lá da Câmara Técnica, a gente tem questões
576 bastante importantes, uma delas é que nós elencamos mais importantes: é a questão dos
577 resíduos da construção, que hoje em dia é um problema na nossa cidade. E ficou então
578 encaminhado que os componentes iriam ler e se apropriar da lei 10.487/2010, que institui o
579 plano integrado de gerenciamento de resíduos da construção no município, para que nós
580 pudéssemos então fazer uma resolução e uma proposta de regulamentação dessa lei –
581 que não foi feita ainda – e ela precisa que seja feita. Para que nós possamos encaminhar
582 então o licenciamento dos transportadores, enfim. Essa é a nossa prioridade agora para a
583 nossa Câmara Técnica. Que eu espero que continue. Já temos uma resolução pronta e
584 espero que continue assim, porque o pessoal está bastante engajado e eu fiquei bastante
585 contente porque todos compareceram e todos participaram. Antes de passar para o
586 próximo colega, se me permitem, quero convidar a todos: hoje no CENGE às 19 horas, a
587 Associação de Profissionais Engenheiros Químicos, estará discutindo junto com uma
588 representante do Ministério do Meio Ambiente a política nacional de resíduos sólidos.
589 Então ali nós vamos ter uma visão da SMAM, da FEPAM e do Ministério do Meio Ambiente
590 em relação a essa questão. Obrigada e boa tarde.

591 **Simone Della Bona, Sec. COMAM:** Encerramos os relatos das Câmaras Técnicas. Em
592 virtude da Câmara Técnica de Vigilância não ter se reunido e o grupo de discussão do
593 anteprojeto do Código, foi transferida a data para 4 de maio, então eu faço aqui às vezes
594 da Fabiana Fetter, que é a presidente da comissão. Estão todos convidados, será na sala
595 300 às 9 horas. Eu vou passar a palavra ao Secretário agora.

596 **Luiz Fernando Záchia, da SMAM:** Mesmo não estando na ordem do dia, assuntos gerais;
597 eu queria aproveitando uma sugestão da professora Georgina, parece-me que não é justo
598 para todos nós aqui, de uma maneira a ficar acomodados nessas cadeiras de plástico. Eu
599 acho que se nós queremos um Conselho fortalecido, também a estrutura deste Conselho
600 tem que ser melhorada, tem que ser alterada. Então Paulo, nós também vamos ter que
601 olhar pelo Fundo. Eu acho que aqui tem que dar uma mexida, tem que dar; a secretaria faz
602 o projeto, passa pelo Fundo e até o dia 26 está aprovando. Vamos botar a data para 26,
603 aqui na SMAM se não trabalhar com data, porque senão a coisa não anda. Eu acho que
604 tem que ter prazo, porque senão, todos nós estamos aqui de uma maneira gratuita, pela
605 causa, não é justo que vamos ficar com as costas, enfim. Ter uma condição melhor. Há
606 aprovação de todos? Para que se possa fazer? Há concordância? Ok? Vamos levar e
607 vamos mandar para o Fundo. Está bem? Ok. Por mim, senhoras e senhores encerrado.
608 Muito obrigado pela presença de todos.

609 Convenção utilizada:

610 (...) – reticências entre parênteses – significam ou sobreposição de falas, ou fala inaudível ou incompreensível. As reticências normais constituem-se em
611 mero recurso de pontuação.